

Tanise de Oliveira Fernandes

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unisinos*

tanisefernandes@yahoo.com

Cátia Paranhos Martins

Faculdade Anhanguera de Dourados

catiaparanhos@hotmail.com

O OLHAR PARA A DIVERSIDADE

O processo de inclusão escolar a partir de um relato de estágio

RESUMO

A educação inclusiva é um processo que atualmente permeia o ambiente escolar objetivando a sustentação de uma sociedade que respeite a diversidade humana. Durante a realização do estágio curricular em Psicologia Educacional acompanhamos as estratégias de promoção e consolidação da inclusão promovida pela Secretaria de Educação (SEMED) na cidade de Dourados - MS. Dentre as estratégias estão as Salas de Recursos Multifuncionais e os trabalhos desenvolvidos nas comunidades escolares da Rede Municipal pelas profissionais da psicologia da SEMED. A experiência de estágio trouxe contribuições no contexto da formação, além de possibilitar a percepção dos desafios que um psicólogo escolar depara-se em seu trabalho.

Palavras-Chave: educação inclusiva; promoção; psicologia escolar.

ABSTRACT

Inclusive education is a process that now permeates the school environment aiming to support a society that respects human diversity. During the training course in Educational Psychology track the strategies of promotion and consolidation of inclusion promoted by the Department of Education (SEMED) in the city of Dourados - MS (Brazil). Among the strategies are the rooms and resources Multifunction the work in school communities of the Municipal by professional psychology SEMED. The internship experience has brought great contribution to our formation and showed us the challenges that a school psychologist is confronted with his work.

Keywords: inclusive education; promotion; school psychology.

Anhanguera Educacional S.A.

Correspondência/Contato
Alameda Maria Tereza, 2000
Valinhos, São Paulo
CEP 13.278-181
rc.ipade@unianhanguera.edu.br

Coordenação
Instituto de Pesquisas Aplicadas e
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Informe Técnico
Recebido em: 3/3/2010
Avaliado em: 18/6/2010

Publicação: 8 de setembro de 2010

1. INTRODUÇÃO

Este é um relato de experiência a partir das observações e atividades desenvolvidas no Estágio em Psicologia Educacional, do curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Dourados – Mato Grosso do Sul, no 1º semestre de 2009. Nesta produção apresentaremos reflexões como estagiária no contexto da educação inclusiva.

O estágio foi realizado na Secretaria Municipal de Educação de Dourados, mais especificamente no Núcleo de Educação Especial. A partir do vínculo com o Núcleo foi possível conhecer a realidade de algumas escolas que são integrantes do pólo I (que envolve 18 escolas) e dialogar com a comunidade escolar.

Vale ressaltar que

A educação visa à integração do ser no mundo, disposto a lutar por suas condições de vida e pelas condições de vida ideais para o seu grupo social. Visa, igualmente, à criação das possibilidades deste ser tornar-se outro, melhor e mais comprometido com a coletividade. O objetivo principal da educação é a pessoa, o ser do aluno (e seu vir-a-ser, por consequência) (FERREIRA, 2001, p. 149).

A Psicologia no contexto escolar tem como objeto de estudo o encontro do sujeito humano e a educação, deste modo não focaliza apenas o sujeito psicológico, mas sim as relações existentes entre os processos psicológicos e os educativos. Nesta perspectiva, o profissional psicólogo, segundo Gomes (1999), visa transformar-se em um instrumento dinâmico de promoção de ajuda no ensino, na aprendizagem e na solução de problemas pessoais, sociais, institucionais e comunitários.

Uma das questões que atualmente permeia o ambiente escolar é a educação inclusiva caracterizada por um processo de luta por uma sociedade que respeite a diversidade que envolve a condição humana. Parte também da garantia do direito à educação para todos respeitando as diferentes necessidades de cada sujeito. Tal processo é de extrema complexidade, não possuindo ‘fórmulas’, enfim, é um constante desafio a se superar.

No estágio procurou-se observar e acompanhar este processo tão complexo e importante na constituição de uma escola que acolha e eduque para o respeito da diversidade. Foram realizadas visitas as escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Dourados – MS e observações em uma Sala de Recursos Multifuncionais.

2. DISCUSSÃO

O processo de inclusão partiu de uma série de movimentos em prol da luta pelo direito ao ensino de qualidade para todos. Dentre estes movimentos e reuniões na intenção de

chamar a atenção do mundo sobre o assunto destacam-se a Convenção dos Direitos da Criança (NOVA YORK, 1989), a Conferência Mundial de Educação para Todos (TAILÂNDIA, 1990) e a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais” (ESPANHA, 1994).

Entre as ações citadas acima, destacamos a significativa importância da Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, por ser um momento decisivo e de grande contribuição para a promoção da educação inclusiva em todo o mundo. A Conferência reuniu governos e organizações internacionais que reconheceram a importância de incluir todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no contexto de ensino regular.

Deste movimento e fusão de pensamentos resultou na Declaração de Salamanca que destaca:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem [...] toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. (BRASIL, 2009).

Surge a partir deste momento o desafio da escola inclusiva, onde esta deve desenvolver a pedagogia centrada na criança, sendo capaz de promover uma educação com sucesso para todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, físicas, intelectuais, emocionais, lingüísticas entre outras. Tal ação educacional, segundo Machado (2005), é um primeiro passo para a mudança de atitudes discriminatórias e a construção de uma comunidade acolhedora e do desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

Podemos identificar a partir da percepção de Machado, que a inclusão no contexto escolar é a base para promoção, ampliação e sustentação da inclusão social num processo de construção de uma sociedade mais justa.

Estar inserido no contexto de educação de ensino regular é um direito de todos, como afirma a Declaração de Salamanca, mas, além disso, é constituinte dos Direitos Humanos, ou seja, é um direito fundamental. Assim, destacamos o artigo XXVI da Declaração dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Após breve contextualização, apresentamos abaixo reflexões a partir da experiência de estágio.

2.1. Estratégias para a promoção da inclusão escolar

Ações da Psicologia na Educação Especial

O modo de intervenção anteriormente seguido pelos profissionais da psicologia do Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Educação na cidade de Dourados - MS (SEMED) era frente a um problema de aprendizagem encaminhado pela escola, atender este aluno em um espaço isolado, ou seja, a criança era retirada de seu contexto escolar e “trabalhada” individualmente.

O processo de intervenção foi revisto pelos profissionais do Núcleo de Educação Especial e elaborada uma nova proposta para trabalhar a demanda escolar. Atualmente a Psicologia está focada nas demandas escolares, ou seja, procurando identificar quais são os fatores disfuncionais que causam algum desequilíbrio no contexto escolar (dificuldades de aprendizagem, evasão escolar, relacionamento interpessoal, entre outros).

Segundo alguns relatos dos profissionais, anteriormente se tinha um olhar direcionado apenas para o aluno e seu comportamento, desconsiderando o contexto que o cercava. A ação de retirar o aluno do ambiente “contaminado”, trabalhar com ele e depois devolvê-lo para o contexto promovia uma solução imediata, mas não a longo prazo. Ao perceber tal situação os profissionais buscaram realizar suas intervenções de uma maneira inversa, procurando trabalhar o contexto no qual o aluno está inserido.

Neves e Machado (*apud* MARTINEZ, 2007) afirmam que a produção do fracasso escolar não pode ser analisada ou diagnosticada separada das condições e relações político-sociais e econômicas vigentes, das ideologias, da cultura e das relações e implicações com a educação escolar, ou seja, o contexto social em que o aluno está inserido reflete diretamente nas suas ações e no desempenho escolar.

Segundo Anache (*apud* MARTINEZ, 2007) é necessário quebrar antigos paradigmas e revisar os velhos construtos socioeducacionais diante desta nova realidade da inclusão escolar. O autor também afirma que o psicólogo na rede de serviço de educação especial encontra-se em situações conflitantes, pois ao mesmo tempo em que reconhece suas limitações teóricas, bem como seus instrumentos, os utiliza como ferramentas para responder aos problemas manifestos em seu cotidiano. Ou seja, é a partir dos instrumentos e conhecimentos teóricos que possuem que irão dar conta das demandas chegadas até estes profissionais, geralmente tais instrumentos utilizados são do modelo médico-clínico.

No caso dos profissionais da SEMED, estes perceberam que a configuração de suas atuações tinha a necessidade de ser modificada. Tal pensamento os fez procurar por

novas estratégias e novas orientações para atuar, como exemplo a formação de um grupo de estudos voltado para a temática.

Para Martinez (2007) o psicólogo escolar na medida em que assume um compromisso social maior, mais este se verá desafiado, na sua condição de sujeito, a participar do necessário debate sobre a inclusão escolar no seu sentido mais abrangente e a contribuir para a construção de uma escola que seja capaz de dar, cada vez em maior medida, as respostas às necessidades educacionais de todos os alunos.

Com a nova proposta de trabalho muitos desafios surgiram, a primeira ação dos profissionais da SEMED foi expor para a comunidade escolar a nova forma de intervenção. No entanto, a partir das visitas, de conversas com os profissionais, constatamos que as escolas ainda solicitam um trabalho individualizante com seus “alunos problemas”.

Sala de Recursos Multifuncionais

Na perspectiva da promoção da inclusão escolar, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com as administrações municipais realiza uma ação de abrangência nacional que é a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Esta ação foi adotada pela Secretaria Municipal de Educação de Dourados, e encontra-se instalada em quatro escolas municipais da cidade. As Salas de Recursos têm o seguinte objetivo:

Apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007, p. 1).

Acompanhamos o funcionamento de uma das Salas Multifuncionais, a primeira sala a ser instalada na cidade, há três anos, que atende alunos que possuem algum tipo de necessidade especial. Atualmente a Sala possui 25 alunos do ensino regular das escolas municipais próximas e seu funcionamento ocorre nos turnos da manhã e tarde, os trabalhos geralmente duram de uma a duas horas. Atuam na sala quatro professoras com formação em educação especial.

A Sala Multifuncional é um espaço aconchegante, colorido, repleto de artifícios pedagógicos para estimular as crianças conforme suas necessidades.

Um aspecto que é importante ser ressaltado é a grande dedicação das professoras na sala. O trabalho realizado exige muita competência, pois cada aluno possui uma necessidade e tem um universo distinto. Estas profissionais procuram conhecer sobre as características dos seus alunos para poder criar estratégias novas e auxiliá-los. Certa vez uma das professoras afirmou que: “É um trabalho que demanda persistência e não se

deixar levar pela frustração, pois não possui um resultado imediato, aparece apenas com o tempo e muito trabalho” (sic).

Ao mesmo tempo em que a Sala promove um trabalho bonito e motivador na luta pela educação inclusiva e de uma educação para a diversidade, gera também questionamentos já que se continua separando o aluno do resto da turma para trabalhar e reforçar suas habilidades.

Segundo relatos das professoras da Sala Multifuncional os alunos que freqüentam este espaço são vistos como pertencentes apenas a ele, ou seja, as escolas de ensino regular, que possuem alunos vinculados à Sala Multifuncional, não vêem estes como “seus” alunos, mais sim da Sala Multifuncional ou do Núcleo de Educação Especial.

Para Neves (2005) a escola estabelece um nível de diferença que é aceito por esta. Os alunos que não se enquadram na faixa de diferença aceitável, seja porque apresentam altas habilidades ou necessidades educativas especiais, ou ainda, porque são, em termos socioeconômicos diferentes, a escola encontra dificuldades para trabalhar com estes alunos. No caso citado acima, a escola acaba por transferir a responsabilidade do aluno para quem sabe trabalhar “melhor” com este.

Outro aspecto que deve ser problematizado é a questão do diagnóstico como algo que enquadra os alunos, sendo um fator preconceituoso e taxativo. Tal aspecto permeia todo o contexto de trabalho com alunos portadores de necessidades especiais. A utilização do diagnóstico é o que na maioria das vezes identifica o aluno, ou seja, este não é chamado pelo seu nome, mas sim por suas características patológicas.

Martinez (2007) discorre sobre as dificuldades de aprendizagem sendo muitas vezes assumidas como um fato “naturalizado”, sem sua articulação com as especificidades qualitativas do espaço escolar, com a história e contextos de vida do aluno, onde a dificuldade é colocada neste. Para a autora é necessário desconstruir esta forma de olhar sobre a criança que apresenta dificuldade e conceber a aprendizagem como uma função que o sujeito exerce no espaço da sala de aula e no mundo a partir das relações que nela se estabelecem e nos sentidos que esta tem.

2.2. A angústia diante do processo de inclusão

Um aspecto gritante que foi possível identificar é a angústia que emerge em toda a comunidade escolar diante do trabalho para a inclusão.

O elevado número de escolas que cada um dos profissionais psicólogos é responsável (em média 12 escolas por profissional), o grande número de

encaminhamentos para atendimento especializado (psicologia, neurologia, atendimento fonoaudiólogo, avaliação de surdez) e encaminhamento para a Sala Multifuncional vindos das escolas geram muita angústia e dúvidas sobre o processo em questão.

O alto número de encaminhamentos sinaliza que ainda estamos mergulhados no velho modelo de intervenção individual e que o processo de inclusão não ocorre de forma imediata, é necessário muita discussão, estudo e empenho.

Martinez (2007) afirma que olhar para a escola como um espaço caracterizado pelas diferenças, bem como a aplicação e desenvolvimento de novas formas de intervenção, implica para muitos profissionais, mudanças significativas na sua representação de escola e do processo de ensino-aprendizagem.

A angústia faz parte do processo de adaptação e modificação para receber os 'novos' alunos e faz com que o espaço da escola deixe de ser um lugar de homogeneidade.

O psicólogo escolar segundo Neves e Machado (*apud* MARTINEZ, 2007) pode auxiliar estes educadores a superar a angústia que envolve suas práticas a partir do desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos. As autoras ainda afirmam que o estabelecimento da relação de parceria pode ser bastante importante para uma melhoria na segunda parceria do professor, dessa vez com seus alunos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em prol da inclusão escolar está ganhando a aceitação e, posteriormente, o que se deseja é o envolvimento de todos nesta causa. O fato da conquista de crianças com necessidades especiais estarem em uma sala de ensino regular, compartilhando experiências com colegas, se socializando e envolvendo todos no convívio com as diferenças já é um grande passo no percurso de desafios constantes que é a inclusão.

Através das observações e visitas às escolas, foi possível perceber que o processo é heterogêneo e há escolas que já estão muito envolvidas no acolhimento de todo o tipo de diversidade e também existem escolas que estão num processo mais lento.

Foi um semestre de grande contribuição para a formação acadêmica, além de possibilitar a percepção dos desafios que um psicólogo escolar depara-se com o seu trabalho.

A partir desta experiência de estágio questionamos como nós, profissionais de Psicologia, podemos desenvolver ações qualificadas neste contexto? Como podemos

legitimar um olhar mais atento para as diferentes situações sociais, culturais, cognitivas dando conta também de necessidades singulares? Como pensar e intervir para a promoção e afirmação da diversidade?

O que podemos afirmar é que diante deste constante desafio a angústia e as provocações estarão presentes nas práticas *psi*. Em suma, acreditamos ser necessário manter o diálogo e parceria entre os profissionais inseridos no contexto escolar, procurando juntos, construir estratégias para a promoção da inclusão escolar e colaborando sistemicamente na inclusão social.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, A.A. O psicólogo nas redes de serviço de educação especial: desafios em face da inclusão. In: MARTINEZ, A.M. **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Salamanca**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2009.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf>. Acesso em: 13 maio 2009.
- _____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. Artigo XXVI. 2009. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 17 maio 2009.
- FERREIRA, L.S. A escola com um dos espaços sociais para a produção de saberes. **Educação & história**. Ijuí: Editora Unijui, p. 149-164, 2001.
- GOMES, V.L.T. A formação do psicólogo escolar e os impasses entre a teoria e a prática. In: GUZZO, Raquel Lobo (Org.). **Psicologia escolar: L.D.B. e educação hoje**. 1. ed. Campinas: Alínea, 1999. p. 49-75.
- MACHADO, A.M. **Psicologia e Direitos Humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.
- MARTINEZ, A.M. O psicólogo nas redes de serviço de educação especial: desafios em face da inclusão. In: _____. **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. 2.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- _____. Inclusão Escolar: Desafios para o Psicólogo. In: _____. **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- NEVES, M.B. Por uma psicologia escolar inclusiva. In: MARTINEZ, A. M. **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- NEVES, M.B.; MACHADO, A.A. Psicologia escolar e educação inclusiva: novas práticas de atendimento às queixas escolares. In: MARTINEZ, A.M. **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

Tanise de Oliveira Fernandes

Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (RS).

Cátia Paranhos Martins

Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UNESP/Assis e especialista em Saúde Mental pela UNICAMP. Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Dourados - MS.